

Curso de Gestão da Mobilidade Urbana

Ensaio Crítico - Turma 9

Faltou realmente planejamento?

Danielle Costa de Holanda (*)

A temática Mobilidade Urbana não é nova, já era discutida antes com outras denominações. Porém, atualmente, incorporou uma visão holística e integrada entre as políticas de trânsito e transporte urbano e as demais políticas de desenvolvimento urbano e territorial das cidades brasileiras.

No Brasil, muitos dos problemas existentes nos sistemas de circulação e transporte urbanos são inculcados ao desordenamento das cidades e à falta de planejamento. Contudo, as cidades mais populosas de hoje tiveram, ao longo de sua evolução, planos de expansão do sistema viário com definição de traçados, planos de sistemas de transporte (muitos elaborados pelos extintos GEIPOT - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes e EBTU - Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos) e planos diretores de desenvolvimento urbano.

Os estudos mais conhecidos que foram desenvolvidos pelo GEPOIT e EBTU para várias cidades brasileiras, principalmente nas décadas de 70 e 80, foram os PAITTS - Plano de Ação Imediata de Transporte e Tráfego, os TRANSCOL - Estudos de Transporte Coletivo, e os Planos Diretores de Transportes urbanos – PDTUs.

Fica então o questionamento: faltou realmente planejamento? Por que esses planos não nos conduziram para viver hoje em cidades mais sustentáveis?

O quadro que se apresenta hoje pode ter sido resultado de um conjunto de fatores: falta de integração entre as políticas, ausência de continuidade na implementação das ações, diretrizes e concepção rodoviarista com a supremacia do individual sobre o coletivo, interesse políticos e econômicos de determinados grupos, falta de discussão com a sociedade, e a própria escassez de recursos no país em épocas de crises.

O momento em que vivemos, delineado pelo marco regulatório da Mobilidade Urbana, Lei nº 12.578/12, a qual institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, e também pela pressão que a sociedade está realizando sobre os atores políticos e gestores públicos por melhores condições de transporte, nos abrem uma janela de oportunidades para repensarmos a qualidade de vida nas nossas cidades.

A importância da função urbana de circular consiste em esta ser o *link* para a realização de todas as outras atividades que necessitamos desempenhar no nosso cotidiano, tais como habitar, trabalhar, lazer dentre outras. E por sua vez, não pode estar dissociada e nem isolada dessas.

Por outro lado, as cidades espalhadas, com concentração dos empregos e segregação espacial pelo nível de renda de sua população geram necessidades de deslocamentos



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

pendulares e sistemas ineficientes de transportes, quer seja no âmbito individual ou coletivo.

Desse contexto, advém a necessidade de elaboração de planos diretores de mobilidade urbana integrados aos planos diretores de desenvolvimento urbano, em um cenário que contemple as diretrizes da política nacional da mobilidade urbana.

Dessa forma, poderão ser discutidas com a sociedade propostas de curto, médio e longo prazos, em horizontes pré-definidos, factíveis para a cidade e seus moradores, enfocando a priorização do transporte não motorizado e do transporte público coletivo, em detrimento da supervalorização do automóvel no sistema de circulação e transportes. Não que este modal seja o vilão da história, mas faz-se necessária a imposição de medidas que proporcionem disciplina na sua utilização.

Para isso, os sistemas de transporte coletivos precisam ser melhorados urgentemente para atender os seus atuais usuários de forma satisfatória, e atrair a demanda de usuários que migrou para os modais motorizados individuais (automóveis e motocicletas) e novos usuários.

As melhorias perpassam por medidas de caráter mais simples até as mais estruturantes, com variados aportes de recursos. Podem-se exemplificar as mais simples através da implantação de rede cicloviárias e de calçadas, faixas e corredores exclusivos de ônibus, melhorias operacionais e de informações aos usuários. As medidas estruturantes e mais complexas podem ser implementadas através de sistemas de transporte coletivo sobre trilhos e pneus, juntamente com a dinamização do uso e ocupação do solo nos bairros e o adensamento ao longo dos corredores estruturantes, de forma a descentralizar os empregos e distribuir de forma equânime a atração e geração de viagens.

É de extrema importância que essas medidas sejam planejadas e implementadas de forma integrada, por meio de um plano de ações concreto, amparado nas políticas de mobilidade e de desenvolvimento urbano e nas discussões com a sociedade.

Recursos, nesse momento, o país tem e bem o sabemos. Então o que nos falta é agir de forma conjunta para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

() Danielle Costa de Holanda, graduada em Arquitetura e Urbanismo pela UFC e mestre em Engenharia de Transportes na área de Planejamento e Operação de Transportes também pela UFC. Trabalha no Ministério das Cidades, na Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, no cargo de analista de infraestrutura.*